



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Gabinete Vereador Pedro Kawai

Piracicaba, 25 de junho de 2015.

Ofício/hf 338/2015

Comissão de Constituição
Justiça e Cidadania

Junte-se ao processado do
PEC
nº 115, de 2015.

Em 21/09/15

Senhor Presidente,

Considerando que no ramo do Direito, a terminologia imputabilidade penal traz como definição a capacidade que tem a pessoa de praticar certo ato, definido como crime, de entender o que está fazendo e de poder determinar-se, de acordo com esse entendimento, se será ou não legalmente punida;

Considerando que a Constituição Brasileira define em seu artigo 228, que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos. No Brasil, esta idade coincide com a maioridade penal e menores de dezoito anos respondem por infrações de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que tramita na Câmara de Deputados o Projeto de Emenda Constitucional 171/93, que altera a redação do Artigo 228 da Constituição Federal, com objetivo de reduzir a maioridade penal, que hoje é de 18 anos, para 16 anos;

Considerando que o tema tem dividido estudiosos, políticos e entidades da sociedade civil. Em linhas gerais, os contrários à mudança

Rua Alferes José Caetano, 834 - Centro - Cep.13400-120 - Piracicaba - SP Fone: (19) 3403-6507

Recebido em 22/09/2015
Hora: 12:00
Roberta Romanini - Matr. 268395
CCJ-SF

Registada Roberta Romanini
Matrícula nº 267391
ATRSGM-Assessoria Técnica da SGM

09/07/15 às 13:15



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Gabinete Vereador Pedro Kawai

dizem que o sistema prisional comum vai ser uma escola do crime para jovens, enquanto os que a defendem dizem que os jovens de 16 anos já têm discernimento para entender o que é crime e estão sendo aliciados por adultos para a prática de ilícitos, já que sofrem punições mais brandas;

Considerando a discussão e divergência de posicionamentos quanto à proposta de redução da maioridade penal, principalmente no que tange sobre sua constitucionalidade ou não;

No último dia 24 de junho, de autoria do Vereador Pedro Kawai, a Câmara de Vereadores de Piracicaba realizou uma Audiência Pública referente à PEC 171/93, que dispõe sobre alteração da maioridade penal no âmbito nacional, na qual foi composta por autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Representante do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Representante do Conselho Tutelar do Município, representantes das entidades civis, bem como a população em geral;

Considerando que a maioria das intervenções durante a audiência pública, diferente do que é veiculado pelas mídias nacionais, foi de **REPÚDIO** à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, que reduz a maioridade penal no País de 18 para 16 anos;

Em síntese, a conclusão que se chegou na presente Audiência Pública foi de que não há nenhuma relação direta de causalidade entre a

Correção



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Gabinete Vereador Pedro Kawai

adoção de soluções punitivas e repressivas e a diminuição dos índices de violência. O que se observa é que são as políticas públicas com prioridade à educação e ações de natureza social que desempenham um papel importante na redução das taxas de criminalidade;

No mais, já somos possuidores de uma lei, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente, que responsabiliza todo e qualquer adolescente comete ato infracional, através de medidas socioeducativas. O que de fato necessita é a sua aplicação.

Temos a plena consciência de que as causas da violência estão inteiramente ligadas a imensa desigualdade social e, conseqüentemente, nas péssimas condições de vida a que estão submetidos alguns cidadãos.

A solução para a violência não se dará pela culpabilidade e nem pela punição, mas sim através de políticas públicas destinadas a revelar os mecanismos produtores e mantenedores da violência que assombra nossa nação.

Reduzir a maioria penal é tratar o efeito, não a causa. É encarcerar mais cedo a população pobre jovem, apostando que ela não tem outro destino ou possibilidade. O ato de reduzir a maioria penal somente demonstra a isenção do Estado para com o compromisso na construção de políticas educacionais e de atenção para com a juventude.

Q. KAWAI

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]




CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

Estado de São Paulo


Gabinete Vereador Pedro Kawai

Neste sentido, o objetivo deste documento é promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente, de forma a garantir a aplicação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, repudiando pela Proposta de Emenda Constitucional nº. 171/93 que tramita na Câmara dos Deputados, que pretende reduzir a maioria penal no País de 18 para 16 anos.

Não aceitamos que no nosso País a solução para resolver o problema da violência e da exclusão social sejam através de um sistema carcerário cuja a situação é preocupante.



Pedro Kawai
1º Secretário
Vereador - PSDB




Francisco Almeida do Nascimento
Vereador - PT


Dirceu Alves da Silva
Vereador - PROS



José Antônio Fernandes Paiva
Vereador - PT



João Manoel dos Santos
Vereador - PTB



Paulo Sérgio Camolesi
Vereador - PV

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

25 DE JUNHO DE 2015

Posição contrária à redução da maioria penal marca audiência

Ao contrário de pesquisas nacionais, onde maioria é a favor da PEC 171/1993, evento marcou posição de repúdio à proposta

EM PIRACICABA (SP)

Foto: Fabrice Desmonts - MTB 22.946

Salvar imagem em alta resolução



A maioria das intervenções durante a audiência pública desta quarta-feira (24), na Câmara de Vereadores de Piracicaba, foi de repúdio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, que reduz a maioria penal no País de 18 para 16 anos. Aprovado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR) da Câmara dos Deputados, o texto foi discutido na cidade a partir de iniciativa do vereador Pedro Kawai (PSDB), 1º-secretário da Mesa Diretora e presidente da Comissão Permanente de Educação.

Diferente de outras audiências públicas, quando a mesa diretiva expõe a opinião e depois abre aos participantes da galeria, desta vez foi priorizada intervenção popular, quando representantes de entidades expuseram críticas sobre a PEC 171/2015. “A nossa intenção é fazer um levantamento destas posições e encaminhar ao Congresso Nacional como posição oficial da cidade sobre o assunto que está sendo discutido em Brasília”, disse Kawai antes do início das intervenções no plenário Francisco Antonio Coelho.

O primeiro a contestar a PEC 171/1993 foi o advogado Homero de Carvalho, também estudante de Jornalismo da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba). “Quando se discute o resultado da violência, alguém ‘já morreu’, por isso eu quero discutir as causas da violência”, disse, ao lembrar que o Brasil é o quarto país em população carcerária, com 600 mil presos, atrás apenas dos EUA, Rússia e China. Ele salientou que, ao invés de reduzir a maioria penal, é preciso investir em educação.

Professora da rede municipal de Educação Infantil em Piracicaba, Vanessa de Oliveira Pupo apresentou estatísticas do perfil do adolescente em conflito com a lei no País, “a maioria é homem, negro, pobre e com baixa escolaridade”, informou. Embora a reincidência nas fundações de medidas socioeducativas seja metade, percentual melhor do que das prisões (chega a 80%), Vanessa disse que o sistema de recuperação de jovens praticado “não está funcionando, o que remete às responsabilidades de estados e municípios, especialmente na tratativa sobre educação”, observou.

Telma Regina De Paula, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), enfatizou que a necessidade de “defesa” da população infanto-juvenil, exposta na Constituição, é o primeiro “aspecto relevante” para dizer não à PEC 171/1993. “Existe na sociedade uma inquietação e busca de respostas rápidas e, como temos, historicamente, usados mecanismos punitivos na correção de comportamento inadequados, não era de pouco imaginar que a resposta seria punitiva”, disse.

Ela qualificou a PEC 171/2015 como uma proposta de “vingança covarde” contra quem não pode se defender. “Porque eles não têm discurso, a maioria são meninos com baixíssima escolaridade”, disse, ao defender que “produzir o sofrimento ao outro não ensina nada, mas abre a porta para revolta e revanche”.

Representante do Levante Popular da Juventude, Mariana Miranda De Paula Assis enquadrou a PEC 171/2015 como “mais um retrocesso do atual Congresso Nacional que o País pode vir a sofrer”, em referência à conduta dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB. “Reduzir a maioria penal é tratar de um jeito mal tratado um sintoma e não causa”, defendeu. “Antes de pensar em redução, é preciso responder a pergunta se o Estado brasileiro garante a este setor da sociedade brasileira (negros e pobres) os direitos fundamentais”, disse. “Já chega os camburões no Brasil terem essa cara de navio negreiro.”

A estudante Jaqueline Altomani da Silva, da Casa do Hip Hop e da Juventude do PSOL (JSOL), disse que a redução da maioria penal causaria não apenas o genocídio da população negra e pobre, mas “também impediria o acesso desta juventude à educação”. Ela pediu investimentos que possibilitem a formação e inserção do jovem. “A gente (na periferia) não tem nada voltado ao que realmente a gente gosta”, disse.

Integrante do movimento Ocupe O Largo, Thiago D’Angelo lembrou que no último dia 30 de maio, quando ocorreu discussão sobre a redução maioria penal no Largo dos Pescadores, uma pesquisa apontou, em um universo de 70 participantes, que 87% é contra a medida tomada “de maneira estranha (pela Câmara dos Deputados) e pautada pela mídia”. Ocupe O Largo é um movimento construído de maneira colaborativa com o intuito de levar discussões políticas em espaços públicos da cidade.

D’Angelo lembrou, ainda, que na oportunidade o ex-diretor da Fundação Casa em Piracicaba, Flagas Lopes, se posicionou contrário à PEC 171/1993. “Quando isso ocorre, a gente entende que a atenção aos jovens tem que ser diferente do que tem sido feito até agora”, disse, ao convidar a população a participar do movimento, “que é apartidário e que está aberto a outras pessoas a se envolverem nesta iniciativa”.

A estudante de psicologia da Unimep, Natália Carta de Souza, levantou questionamentos a respeito do efeito de uma eventual aprovação da PEC 171/2015, se ela não vai impactar também em outras esferas da vida da formação do adolescente. “Se o adolescente será tratado como adulto, ele também estará apto a consumir bebida alcoólica e pornografia?”, disse. “E outra coisa, a polícia, que fará as prisões, está preparada para isso?”

A advogada Danielle Godói também lembrou que há dois anos aconteciam as manifestações contra o preço da tarifa de ônibus em todo o País. “Naquela oportunidade, foi sugerida audiência pública para discutir o passe-livre, mas preferiram não fazer, mas a medida seria importante para a formação e livre circulação da população estudantil”, disse, ao lembrar que são ações voltadas à formação que a juventude “precisa e espera”.

“É um retrocesso quando o Brasil está mobilizado para encarcerar a juventude e não está mobilizado para discutir a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”, disse a advogada. “Além disto, é importante lembrarmos que mais de 40% do PIB nacional é revertido para bancar dívida pública para banqueiro e especulador”, finalizou.

Diego Goularte, representando a OAB Piracicaba, assentiu com o posicionamento contrário à PEC 171/1993. “Mas o que precisa salientar é que nenhuma lei muda uma sociedade. A sociedade é quem muda”, disse o advogado, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da 8ª Subscrição da OAB. “A Constituição é um contrato social, onde um cumpre para exigir do outro. O Estado precisa cumprir as suas obrigações e não adianta a gente não cumprir e passar a outro para cumprir”, disse.

O coordenador do Seame (Serviço de Apoio ao Adolescente com Medida Socioeducativa), Fábio Dias da Silva, lembrou da atuação da entidade fundada no início dos anos 1980 sob iniciativa de dom Eduardo Koaik, bispo diocesano de Piracicaba na oportunidade. “A gente concluiu que a redução da maioria penal só irá agravar a violência, porque existe um problema social”, disse. Silva informou

que, atualmente, o Seame atende 325 adolescentes, “nunca teve tantos como atualmente”, disse.

Representando a secretária municipal de Desenvolvimento Social (Semdes), Eliete Nunes, a assistente social Soeli Danelon também refutou a PEC 171/1993. “A gente sabe que apesar do esforço, o trabalho é insuficiente, porque precisaria ter mais serviço e mais gente para atender ainda mais”, disse, ao defender a inter-setorialidade do assunto na atuação junto com outras secretarias municipais. “Nenhuma dá conta, sozinha, desta demanda”, disse, ao defender que “não podemos responsabilizar o adolescente por esta onda de violência que assola o Brasil”.

A audiência também foi marcada por posições menos definidas como contrárias à PEC. O professor universitário André Bastos disse que “ninguém encarcera alguém por bondade ou maldade, mas porque existe uma realidade factual”. Ele acredita que é preciso tratar os casos de exceção. “Não estou falando de prender por pequenos furtos, mas de crimes hediondos, quando o encarceramento é uma proteção à sociedade”, disse.

O representante da Casa do Bom Menino, Guilherme Mônico de Mello, sugeriu o endurecimento de apenas a partir de mudanças no ECA. “Existem alguns pontos convergentes, entre favoráveis e contrários à proposta, que é a de todos terem receio de serem vítimas de um ato criminal”, disse.

Outro ponto em comum, salientou, é a necessidade de políticas públicas para melhorar a sociedade. “O ECA é uma legislação de primeiro mundo, que, infelizmente, não conseguimos aplicar no País”, disse, ao lembrar que poderia ser aumentada o prazo máximo de internação dos atuais 3 anos.

O promotor de Justiça, Paulo Kishi, disse que “como integrante do Ministério Público é contra, mas como cidadão é a favor”. Ele justificou a sua resposta ao apontar que existe uma realidade da cooptação do jovem pelo tráfico de drogas e que isso precisa ter uma resposta da sociedade.

“Ninguém vai prender quem rouba um pomar, mas quando você tem um adolescente com mil pinos de cocaína e 64 mil reais em dinheiro em casa, a situação muda e exige outro tipo de posicionamento”, disse, ao confrontar com um pequeno protesto vindo da galeria, quando três pessoas levantaram cartazes contra a PEC 171/1993. “Não estou me posicionando, apenas apresentando fatos”, disse o promotor de justiça.

VEREADORES – Entre os vereadores que participaram da audiência pública, todos foram contrários à redução. Chico Almeida (PT) disse que a população está indo a reboque da posição da mídia, enquanto João Manoel (PTB) enalteceu a importância da formação para o trabalho e resgate da confiança na sociedade. José Antonio Fernandes Paiva (PT) pediu a desmilitarização da polícia e controle externo do Judiciário, enquanto Paulo Camolesi (PV) manifestou por “mais atenção na periferia”.

Autor da proposta, o vereador Pedro Kawai (PSDB) também se colocou contrário à aprovação da PEC 171/1993 e lembrou que, após a audiência pública, os seus assessores iriam formalizar um documento que deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional como uma forma de contribuição ao debate sobre a redução da maioria penal no País. “Este documento servirá como um posicionamento da cidade em relação ao tema e vimos aqui hoje, claramente, que existe o repúdio à proposta”, disse.

Texto: Erich Vallim Vicente - MTB 40.337



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO – CERIMONIAL

“Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal – Req. 473/15”

Vereador: Pedro Motoihiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 – 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1.	Imaculada Brando	Senador	
2.	Andressa Battista Figueira	Senador	
3.	Francisco Leão	Senador	
4.	Vanessa de Oliveira Tupper	Senador	
5.	Silviana M. de Castro	Senador	
6.	Josefina Costa	Senador	
7.	Valéria R. Pereira	Senador	
8.	Thiago Diniz	Senador	
9.	Heitor H. Silva	Senador	
10.	Heitor H. Silva	Senador	
11.	Heitor H. Silva	Senador	
12.	Heitor H. Silva	Senador	
13.	Vanessa Rossato	Senador	
14.	Miriam Amadi Teixeira	Senador	
15.	Emmanuel Oliveira Gomes	Senador	
16.	Carla Regina de C. Carvalho	Senador	
17.	Paula Teixeira Costa e Barros	Senador	
18.	Jose Douglas Galvão	Senador	
19.	Paula Lucinda Medeiros	Senador	
20.	Carla Regina de C. Carvalho	Senador	



CAMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO - CERIMONIAL

"Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal - Req. 473/15"

Vereador: Pedro Motoitiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 - 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1. Regina V. Pires		Casa do Bom Menino	
2. ...			
3. Wanderley Florêncio Garcia		Unimed	
4. Cristiano Ferreira Lima		Polícia Militar	
5. Nívia Sampaio Barreiros		Instituto Amarelo	
6. ...		Consultoria	
7. ...			
8. ...			
9. ...		SEARNE	
10. ...			
11. ...		Eng. Armaria	
12. ...			
13. ...		JSC CASADU HIP HOP	
14. ...		UNIP	
15. ...			
16. ...			
17. ...			
18. ...			
19. ...		Advogado / Adv. de Multas e J. Barreiros	
20. ...		Unip - Unimed	
...		AMAS	



CAMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO - CERIMONIAL

"Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal - Req. 473/15"

Vereador: Pedro Motoitiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 - 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1.	MARISA SANTAGO	SENTE	
2.	Andréa Bezerra de Aguiar		
3.	ANDRÉ DA CUNHA BASTOS		
4.	Amanda Bezerra de Aguiar		
5.	Genivaldo da Silva		
6.	Genivaldo da Silva		
7.	Genivaldo da Silva		
8.	Genivaldo da Silva		
9.	Genivaldo da Silva		
10.	Genivaldo da Silva		
11.	Genivaldo da Silva		
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			



CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO – CERIMONIAL

“Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal – Req. 473/15”

Vereador: Pedro Motoitiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 – 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			
15.			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			



CAMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO - CERIMONIAL

"Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal - Req. 473/15"

Vereador: Pedro Motoitiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 - 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1.	Maria do Carmo L. Ribeiro	SEAME/PASCA	
2.	Ana Luísa Botelho	SEAME/PASCA	
3.	Carolina Helena Zagabato	CEJUSC	
4.	Benedite Leite Brandine de Trigueiros	Curso Cho Futuro S	
5.	Celia Tuxi	Grp Vereador Gilmar Rotta	
6.	Patrícia Fernanda Barbosa	CMDCA	
7.	Doméas de Oliveira ND	ABUGADO	
8.	Alessandra Martins Romfim	Esplanada Legislativa	
9.	Apriar Felipe Fernandes	Estadistas Legislativos	
10.	João Carlos C. F. Brito	Grp Vereador - Mendes	
11.	Dirceu de Aguiar	Grp. Adm.	
12.	Carla Cordeiro de Sousa		
13.	Maria Isabel Gonçalves	Conselho Tutelar I	
14.	Antônio Carlos do Espírito Santo	CABINETE VEREADOR CAMILOSI	
15.	Caroline da Silva Texeira	Conselho Tutelar II	
16.	André Luis Pinto de Moraes		
17.	Carla Regina Teixeira		
18.	William de Almeida		
19.	Alfonso Teixeira		
20.	Tristão de Almeida		



CAMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA

DEPARTAMENTO - CERIMONIAL

"Audiência Pública - Alteração de Maioridade Penal - Req. 473/15"

Vereador: Pedro Motoihiro Kawai

Local: Plenário - quarta-feira, 24 de junho de 2015 - 19h00.

NOME COMPLETO E POR EXTENSO		AUTORIDADE ou	(Entidade que Representa)
1. Vereador Vereador			
2. Vereador Vereador			
3. Vereador Vereador			
4. Vereador Vereador			
5. Vereador Vereador			
6. Vereador Vereador			
7. Vereador Vereador			
8. Vereador Vereador			
9. Vereador Vereador			
10. Vereador Vereador			
11. Vereador Vereador			
12. Vereador Vereador			
13. Vereador Vereador			
14. Vereador Vereador			
15. Vereador Vereador			
16. Vereador Vereador			
17. Vereador Vereador			
18. Vereador Vereador			
19. Vereador Vereador			
20. Vereador Vereador			

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 31 de agosto de 2015

Senhor Pedro Kawai, 1º Secretário da Câmara Municipal
de Piracicaba – SP,

Em atenção ao Ofício nº 338/2015, de Vossa Senhoria,
encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado,
informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de
Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser
juntada ao processado da PEC nº 115 de 2015, que "Altera a
redação do art. 228 da Constituição Federal." que se encontra
atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa